

Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções^{1,2}

*Education, science and edition: intellectual
consagrations from periodicals to collections*

ANGELA DE CASTRO GOMES

Universidade Federal Fluminense | UFF

Apenas para começar...

Início agradecendo ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) o convite a mim dirigido para proferir esta conferência. Sei que é uma honra e um privilégio falar nesse momento e lugar. Porém, confesso que o convite que me surpreendeu um pouco, e só o atendi depois de pensar muito bem. As razões para a relutância devem-se ao fato de eu não ser nem uma historiadora da ciência, nem uma pesquisadora especializada em projetos editoriais, sobretudo aqueles materializados nas importantes coleções que dominaram as décadas que vão de 1930 a 1950.

6

Nesse período, algumas dessas coleções ficaram famosas, consagrando editores, autores, bem como essa particular estratégia cultural e mercadológica. Dentre tais coleções, cujos livros venderam muito e se destinaram a temas e públicos muito diversos, a *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional (CEN) de São Paulo, destacou-se. Ela foi reconhecida, por exemplo, pelo crítico e historiador da literatura Antônio Candido, como o maior e mais abrangente empreendimento desse tipo jamais realizado no Brasil. E ele escreveu tal comentário, embora assinalasse que, se a *Brasiliana* foi a mais famosa coleção desse período, não foi a mais prestigiosa. Tal lugar foi ocupado por sua mais competente concorrente, a coleção *Documentos Brasileiros*, da Editora José Olympio, no Rio de Janeiro.

Como se vê, a começar pelo nome de Antônio Candido, que tem um artigo sobre o assunto – “A Revolução de 1930 e a cultura” –, publicado na revista *Novos Estudos*, do CEBRAP, em 1984³, a partir dos anos 1980, pesquisadores das áreas da literatura, da história e das ciências sociais se dedicaram, com interesse e afinco, à tarefa de estudar essas coleções. Elas foram sendo identificadas, cada vez mais, quer como um importante indício de transformação do mercado editorial brasileiro, que praticamente se constituía naquele momento; quer como uma forma segura e frutífera de acesso às transformações que então ocorriam no sistema intelectual do país. Em síntese, elas permitiam responder a questões como: quem e o que se publicava entre 1930/50?

Como uma conferência não pode ter notas de rodapé, eu não poderia deixar de citar o cuidadoso trabalho de Heloísa Pontes, presente no *Boletim Informativo Bibliográfico Brasileiro*, o BIB, de 1988: “Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das ‘Coleções Brasileiras’, nas décadas de 1930, 40 e 50”.⁴ Pelo título, já se vê que a coleção *Brasiliana*, por sua data de criação (1931) e pela projeção que ganhou, acabou se tornando uma espécie de nome genérico, como Gillette, Gibi etc. Outras coleções, suas contemporâneas ou não, ao abraçar o objetivo de se tornarem uma autêntica “biblioteca sem muros”, para se conhecer o Brasil, passaram também a ser chamadas de *Brasilianas*.⁵

Muito provavelmente, por detectar o potencial existente em uma pesquisa voltada para a coleção *Brasiliana*, a historiadora da UFMG, Eliana de Freitas Dutra, vem liderando um grupo de investigadores que se dedica a esmiuçar

seus livros, autores e igualmente seu funcionamento editorial. Apenas para não deixar de citar um dos resultados de pesquisa, escolhi – por ser acessível e curto –, um artigo que ela mesma escreveu: “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção ‘Brasiliana’”, presente em *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*, organizado por Jean-Yves Mollier e pela própria Eliana Dutra⁶.

Essas indicações querem deixar evidente o quanto se produziu e o quanto ainda se pode produzir, tendo a coleção Brasiliana e outras coleções que seguem seu modelo ou o inovam, como objeto e fonte de pesquisa, ao mesmo tempo. Também querem demonstrar o quanto esses trabalhos foram preciosos para o que se dirá a seguir, que também se serve, de forma generosa, de minhas próprias pesquisas e textos, elaborados no bojo de um projeto que desenvolvo com Bolsa de Produtividade do CNPq, intitulado “Viriato Corrêa: história, memória e ensino de história”.

Jornalismo, ciência e educação: intelectuais e divulgação do conhecimento em inícios do século XX

A importância estratégica do amplo período que cobre a primeira metade do século XX pode ser facilmente apreendida pelo fato do país estar vivendo um “novo tempo”, como se dizia. Ele foi inaugurado pelos dois grandes acontecimentos que foram a Abolição e a República, o que foi claramente percebido pelos contemporâneos, sobretudo quando eles eram “homens de letras”. Esses acontecimentos impactaram o processo de construção da identidade nacional brasileira, até porque, apenas depois da Abolição e da República, foi possível “imaginar” a existência de uma nação, formalmente constituída por um “povo”, ou seja, integrada política e juridicamente por homens livres. A própria eclosão de debates políticos e de uma variada produção cultural que discutia a existência ou não de um “povo brasileiro”, bem como o que tal presença ou ausência podia significar para o Brasil, aponta para o novo momento que o país vivia com a entrada do século XX.

Como se sabe, processos de construção de identidade, individual ou de grupo (de qualquer tamanho, o que inclui a nação) são sempre contínuos e mutáveis. Identidades não se constituem em “propriedades”, essenciais ou fixas no tempo e no espaço. Ao contrário, processos de construção de identidade demandam tempo e esforço, envolvendo a mobilização de múltiplos atores, com forças geralmente desiguais. Processos de construção de identidade, portanto, raramente comportam mudanças rápidas que, quando ocorrem, nunca são passíveis de manipulações arbitrárias. Como também se sabe, processos de construção de identidade envolvem sempre dimensões simbólicas e práticas, ou seja, envolvem a imposição e a adesão de um grupo, a ideais, valores, crenças, ideologias, que são “inventados” e divulgados, materializando-se em instituições, rituais, festas, símbolos, manifestações culturais etc.

Uma das dimensões, particularmente cara à análise do historiador, nesse complexo processo de construção de identidades é a produção de um “passado comum” ao grupo, isto é, a produção de referenciais ao longo “tempo”, que lhe assegurem uma “origem” e lhe garantam “continuidade”, a despeito das transformações que o grupo possa ter efetivamente sofrido. Assim, da mesma forma que a identidade de um grupo é um fenômeno de “imaginação social”, a construção de um “passado comum”, como um dos fortes referentes do grupo, também o é. Isso porque, é esse “passado comum”, é esse re-conhecimento da identidade do grupo que precisa ter antecedentes, genealogias e até origens – em sentido mítico ou científico –, que constitui um dos maiores garantidores de sua coesão interna e de seu futuro, através do tempo.

É por isso, que a primeira metade do século XX, no Brasil, é uma espécie de tempo da memória e da história nacionais. O tempo da formação do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro, reunindo inúmeros intelectuais que, apesar de sua diversidade, estavam voltados para diagnosticar os “males” do país e mapear e apontar as possibilidades de vencê-los. É por tal razão que esse período está marcado por numerosas e importantes comemorações e centenários; pela sagração de heróis políticos e culturais; pela entronização de datas históricas nacionais e regionais; pela criação de museus, academias e institutos. É também por isso, que essas décadas são povoadas

por sistemáticos esforços para divulgar conhecimentos, desde as campanhas de alfabetização até a preocupação de oferecer um conjunto de saberes, devidamente selecionado, organizado e disponibilizado a um público mais amplo e diversificado. Nesse sentido, se havia variados diagnósticos sobre as causas do “atraso” do país, havia um consenso sobre a importância e necessidade da ação cultural através da educação e da ciência. Só assim, o Brasil seria realmente uma república de homens livres, quer dizer, homens que tivessem acesso à leitura e aos livros.

Exatamente por avaliarem a centralidade e a dificuldade de execução de um projeto político-cultural tão complexo, os intelectuais nele engajados o elegeram como uma verdadeira “missão”, não importando se o fizeram por considerar tal opção a melhor possível ou se por falta de qualquer outra opção mais compatível com seus recursos de poder. Ou seja, o que quero afirmar, é que esses intelectuais se propuseram a ser “pedagogos da nacionalidade” em sentido *lato*, não se restringindo a intervenções na esfera da educação formal, embora também ocupasse cargos públicos ligados ao ensino, escrevessem manuais escolares e livros para crianças etc. Desejo destacar que, em geral, eles ultrapassaram largamente o espaço escolar, desejando que suas idéias ganhassem um público amplo, inclusive, o que não tinha mais lugar nas escolas. Daí, o imenso valor dos jornais, revistas e também das peças de teatro e das visitas aos poucos museus, além da participação em comemorações cívicas, que então se multiplicavam.

Minha intenção, portanto, é destacar o vínculo efetivo que uma espécie de pedagogia da nacionalidade estabelece com a construção de uma cultura política republicana, mas não em sentido instrumental, como um mero e simplista “catecismo cívico”. Trata-se de relacionar os valores e crenças dessa nova cultura política com os ideais da educação e compreender como ela necessitava de mídias modernas para alcançar e agradar um novo e amplo público. Dito em outras palavras: para “chegar ao povo”, um novo interlocutor que precisa “entrar” na história de seu país, como leitor e como ator, já que o que se queria era formar cidadãos de uma república e não mais súditos de uma monarquia. Esse objetivo também exigia, além de novas mídias, um “conteúdo”, uma narrativa acessível, que fosse entendida por esse público, em especial as crianças e jovens. A dimensão pedagógica e patriótica dessa literatura era estratégica, pois, através dela, conquistava-se a aprovação do Estado – quando os livros eram adotados nas escolas –, e também a do mercado, já que novos segmentos de público, com destaque o infantil, despontavam como consumidores de grande potencial.

8

Com tais estímulos, começou a ocorrer uma especialização de editores e também de autores, em pelo menos dois campos que merecem registro e que têm interseções. O primeiro deles pode ser localizado nas múltiplas e diversas tentativas de criação de periódicos, alguns de vida breve e outros de maior duração e sucesso. Em inícios do século XX, as revistas, com destaque, conquistaram e passaram a se voltar para um grande público, muitas vezes tendo como foco determinadas fatias de leitores. Havia as revistas ilustradas, as revistas femininas (e não “feministas”) e também as revistas que seriam classificadas como de “alta cultura”, por tratarem de “assuntos sérios” ou por serem revistas predominantemente literárias, por exemplo. O segundo tipo de especialização no que se constituía como um mercado das letras tinha o público infanto-juvenil com alvo preferencial, adequando-se aos programas escolares ou se apresentando como uma literatura infantil, em que os “livros de leitura”, como eram chamados, tinham posição de relevo. Evidentemente, sem se falar em suas interseções, sob a forma de almanaques ou com o aparecimento de revistas infantis, como a *Tico-Tico*. Além disso, esse é o momento em que começam a aparecer colunas de jornais destinadas a crianças, fazendo sucesso e, assim, atraindo o leitor adulto para comprar jornal.

No caso dos periódicos, nunca é demais lembrar que eles são espaços fundamentais para o convívio entre intelectuais. Ou seja, para o desenvolvimento de suas idéias e sensibilidades, bem de seus projetos político-culturais. Para escrever, pintar, compor, o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo. Intelectuais são, assim, homens cuja produção é sempre influenciada pela filiação a associações e instituições, e pelo pertencimento a uma série de grupos e “lugares de sociabilidade”, que podem ser mais ou menos formais, além de marcados por práticas culturais tanto de oralidade como de escrita. Mas, sem dúvida, na primeira metade do século XX, a literatura era a forma de expressão fundamental para a formação de uma “consciência de brasilidade”, pelo uso da língua e pelas reflexões que divulgavam diagnósticos e prognósticos sobre o passado, presente e futuro do Brasil.

Nesse período, por conseguinte, foram os periódicos os principais canais de divulgação da produção cultural brasileira, quer ela assumisse a forma de romance, contos ou ensaios. Eles foram vitais, como bases de produção e circulação de ideias, razão pela qual as histórias da literatura e do pensamento social brasileiro vêm cada vez mais reconhecendo e valorizando a escrita que se fazia nesses periódicos, a despeito de ela assumir um suporte de característica efêmera e mais difícil de localizar e preservar, com o passar do tempo. A importância da imprensa como “vetor cultural” tem sido crescentemente destacada internacionalmente, evidenciando-se o grande número de autores, consagrados ou não, que escreveram sistematicamente ou contribuíram para esse tipo de veículo. Pelo mesmo motivo são numerosos os romances e ensaios que primeiro ocuparam as folhas de jornais ou revistas – como os conhecidos folhetins – para só depois ganharem o suporte do livro.

Isso porque, no século XIX e primeira metade do XX, as fronteiras entre os ofícios de jornalista, literato, pensador social e várias profissões liberais (médicos, engenheiros etc) eram fluidas, sendo o perfil do letrado, muito mais o do polígrafo, ou seja, de alguém que frequentava diversas áreas do saber e que acumulava atividades no jornalismo, na literatura e no serviço público, fundamentais para seu ganho de vida. Até porque esse era um momento em que o próprio campo intelectual ainda estava em formação (e não só no Brasil), não havendo nítida especialização entre as ciências ou sua transformação em disciplinas. Porém, mesmo nesses espaços de reflexão já operavam critérios que hierarquizavam os produtores e os produtos culturais, sacralizando o livro em detrimento de qualquer outro tipo de suporte material. Entretanto, o livro era raro e caro, além de ter poucos leitores capazes de adquiri-lo e lê-lo. Até os anos 1920, poucas eram as editoras e os editores, sendo muitos deles estrangeiros. Era usual ter um livro impresso fora do Brasil, em geral na França, como é o caso do livro de leitura *Através do Brasil*, publicado em 1910 e de autoria de Olavo Bilac e Manoel Bonfim⁷, que foi impresso em Paris. Quer dizer, não apenas romances ou ensaios políticos se faziam no exterior e, assim, a preços altos. Além disso, era comum que o próprio autor financiasse essa verdadeira aventura que era publicar um livro, o que exigia recursos e coragem.

Por tais razões, os letrados que se exprimiam usualmente pela imprensa – ou porque utilizassem linguagens a ela pertinentes (como a charge, a caricatura, a crônica, a crítica ou o folhetim); ou porque não encontravam espaço no estreito mercado editorial; ou porque precisavam e valoravam os ganhos (materiais e simbólicos) que a imprensa lhes oferecia –, foram (e alguns continuam sendo) identificados como “intelectuais menores” ou nem mesmo sendo considerados intelectuais. Uma designação nada ingênua e muito resistente a exemplos numerosos e indiscutíveis, alguns dos quais, vale mencionar. José de Alencar publicou *O Guarani*, em 1857, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* e Machado de Assis usou *O Globo* como veículo para seus romances *A mão e a luva* e *Helena*, antes da Editora Garnier publicá-los. Lima Barreto também se serviu dos jornais, tanto como suporte material (em vários sentidos), quanto como forma de inspiração para seus romances e crônicas. Alberto Torres, político fluminense reconhecido nos anos 1930 como pensador nacionalista, foi sistemático colaborador de jornais, que considerava veículos de propagação de ideias novas. Foi de um conjunto de artigos inicialmente publicados na imprensa que ele selecionou material para dois de seus livros: *Vers la paix*⁸ e *Le problème mondial*⁹. Capistrano de Abreu, o grande historiador, publicou, na *Gazeta de Notícias*, diversos de seus textos posteriormente reunidos por José Honório Rodrigues no volume *Ensaios e estudos, 4ª série*¹⁰. Por fim, Monteiro Lobato, o maior nome na inovação do mercado do livro e da literatura infantil nas primeiras décadas do século XX. Ele, como se sabe, usou e abusou da imprensa, nela divulgando seus escritos e se fazendo conhecidos por um grande público. Fundou uma editora e lançou a mais importante e reconhecida revista desse período: a *Revista do Brasil*, que teve três fases e já foi estudada por Tânia de Luca.¹¹

Lobato, Machado de Assis, Lima Barreto, Coelho Neto, Bastos Tigre e muitos e muitos outros literatos foram exímios periodistas. Escreveram, em jornais e revistas, romances e crônicas. De forma distinta do folhetim, cujos capítulos são escritos como uma série que deve ser acompanhada pelo leitor, as crônicas, mesmo mais curtas, também podem estabelecer uma relação forte de continuidade entre si e com o leitor. Não é casual, por conseguinte, que muitos cronistas as reunissem posteriormente em livros ou que amigos e pesquisadores, no futuro, venham a fazê-lo, pelo interesse que despertam e pela contribuição que trazem. O segredo desse sentimento de continuidade e permanência talvez tenha o nome de cotidiano. A arte do cronista é justamente a de transformar o “pequeno acontecimento, o fragmento”, em matéria de “pensamento e ensinamento”. Aquela filosofia do dia-a-dia, que se esconde e se revela na leveza e no humor

do texto, no seu tamanho e na comunidade de sentidos que mantêm com seu leitor. São exatamente essas características, apenas aparentemente de fácil manejo, que tornaram a crônica um gênero de muito sucesso de público, o que de maneira alguma implica pequeno investimento, pretensão ou talento de seus autores. Aliás, muito ao contrário.

No caso da literatura infantil, pode-se observar seu crescimento também a partir do início do século XX, para desabrochar nos anos 1920. Alguns títulos, entre muitos que poderiam ser citados, são exemplares. *Por que me ufano de meu país*, do Conde Afonso Celso, sócio do IHGB, de 1900¹²; *História do Brasil adaptada ao ensino primário e secundário*, de João Ribeiro, também de 1900¹³; *Contos Pátrios*, de Olavo Bilac e Coelho Neto, de 1904¹⁴ e *Pátria Brasileira*, de 1909¹⁵; *Histórias de nossa terra*, de Júlia Lopes de Almeida, de 1906¹⁶; *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, em 1910¹⁷; *Minha terra, minha gente*, de Afrânio Peixoto, em 1915¹⁸; *Nossa Pátria: narração dos fatos da História do Brasil, através de sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de Rocha Pombo, de 1917¹⁹; *História do Brasil e Noções de História do Brasil*, de Osório Duque Estrada, autor da letra do Hino Nacional, de 1918²⁰; *Contos da História do Brasil*, de Viriato Corrêa, de 1921²¹ e *A filha da floresta*, de Tales de Andrade, também de 1921²².

Todos esses livros, como os títulos deixam claro, podem ser entendidos como manuais cívico-patrióticos, um tipo de literatura muito valorizada e utilizada nas escolas de vários países do mundo, na primeira década do século XX. Por isso, algumas casas editoras, como a Francisco Alves do Rio de Janeiro, se interessaram em publicá-los e até mesmo a encomendá-los a alguns literatos de sucesso, como Olavo Bilac e Coelho Neto. O patriotismo era um sentimento a ser aprendido e ensinado, já que era através dele que se formariam os novos cidadãos republicanos. A pátria não devia ser confundida com o Estado, nem mesmo com a nação e suas leis, em sua dimensão político-administrativa. A pátria era e devia ser entendida e sentida como uma comunidade afetiva, como uma entidade suprema e sagrada, objeto do respeito e do amor dos cidadãos de uma república. E isso se aprendia e sentia desde os mais “tenros anos de vida”.

Os anos 1920/30: tempo de mudanças e continuidades

É no contexto dos anos 1920 que a Primeira República começa a “envelhecer”. Com tal afirmação, quero destacar essa dupla direção do processo de mudança político-cultural que o Brasil passa a viver. Nesse momento e de forma aparentemente paradoxal, combinaram-se projetos de modernização em vários campos – reformas (constitucional, educacional), movimentos sociais, mudanças nas artes plásticas, na literatura etc –, com um forte diagnóstico de que a República estava não só comprometida, como igualmente ultrapassada em sua arquitetura e princípios políticos. Por essa avaliação, tornava-se uma república indesejada e, por tal motivo, outro modelo devia ser articulado e experimentado como seu autêntico reverso. No caso, um modelo antiliberal e de teor crescentemente autoritário.

Quer dizer, o que os anos 1920 trazem de distinto, considerando-se as críticas que a Primeira República já vinha recebendo quase desde o nascedouro, é que não se tratava mais de pensá-la sob a ótica de um “horizonte de expectativas” liberal, capaz de se aperfeiçoar. Ao contrário, tratava-se de criar novos horizontes, segundo outros parâmetros internacionais, criando-se outros projetos de modernização para o Brasil. Como se sabe, nesses momentos da história, o futuro imaginado pelos atores/autores do presente faz com que olhem para passado com lentes diferentes, dependendo dos objetivos que querem alcançar. Ou seja, dependendo do grau de transformações que desejam defender; do tipo de modernismo, dentre os diversos que se oferecem, a que vão se filiar. Por isso, podem colocar-se como herdeiros de tradições, respeitando e valorando um determinado legado; ou podem situar-se como uma ruptura, como um ponto zero, que precisa se separar do passado (mais recente ou mais longínquo), negando-o radicalmente, em qualquer dimensão de positividade.

Os anos 1920 foram, por isso, um tempo de possibilidades e de incertezas políticas, evidenciado pelos embates que passaram a recorrer às armas e não só às palavras. É certamente devido aos avanços dessa perspectiva historiográfica, que os anos da Primeira República vêm passando por uma espécie de *revivel*, multiplicando-se o número de historiadores e cientistas sociais que se dedicam a estudar o período.

O que esses trabalhos têm ressaltado é que, a despeito de uma grande diversidade de pontos de vista, havia entre eles, ao menos, uma convergência. As circunstâncias eram as do pós Primeira Guerra Mundial e do pós Revolução Russa e, nessa época, nenhum intelectual duvidava mais que o mundo havia se transformado radicalmente e que nunca mais seria o mesmo. Os nacionalismos, alguns radicais e xenófobos, estavam na ordem do dia; as demandas pela extensão de direitos políticos e sociais cresciam, e anunciavam o que então se chamava, com certo temor, de sociedade de massas.

Mas, se desde os anos 1920, a intelectualidade brasileira era desafiada a pensar as razões do “atraso” do país e os motivos da “inadequação” do liberalismo à nossa “realidade social” – produzindo diagnósticos relevantes, que assumiam o formato de ensaios histórico-sociológicos –, foi nos anos 1930 que tal interesse se acentuou e ganhou maior divulgação. É justamente em função desse contexto mais amplo – nacional e internacional –, é que fica claro a indissociabilidade entre as contingências que marcam as décadas de 1920/30 e o verdadeiro boom do mercado de livros, marcado pelo que se convencionou chamar de estudos brasileiros. Tais estudos abarcavam um amplo e diversificado conjunto de reflexões, sendo por isso fundamental entender seu lugar estratégico como instrumento de ação política dos intelectuais do pós-30 e suas fronteiras disciplinares fluidas e abrangentes. Nesse momento, podemos verificar que eles abraçavam áreas como: literatura, história, geografia, etnografia, sociologia, biologia, direito, arte, educação, folclore, música e teatro, por exemplo. Como a designação indica, os estudos brasileiros buscavam conhecer as “raízes” do processo de formação histórica do país, para que se pudesse melhor orientar o traçado de diretrizes políticas, que permitissem ultrapassar nossos “males”, considerados ancestrais, coloniais. Isso porque as metas de modernização do país só seriam alcançadas se afinadas à “realidade brasileira”. Estava definitivamente encerrado o tempo das cópias de “fórmulas estrangeiras”, fossem elas quais fossem, pois sempre seriam inadequadas, irrealizáveis etc.

Os estudos brasileiros tinham uma profunda interface com os movimentos filosóficos e artísticos que agitaram o entre-guerras em todo o mundo, com o objetivo principal de configurar uma identidade “verdadeiramente” nacional. No caso, que permitisse que o Brasil se modernizasse, transformando-se em uma sociedade urbano-industrial, segundo suas próprias especificidades. Tal projeto, obviamente, exigia que os intelectuais estivessem em contato permanente com os debates internacionais, já que só assim realizariam uma melhor adaptação ou um “abrasileiramento”, como se dizia, de suas contribuições. Tal interesse e necessidade levavam tanto a uma grande demanda de livros estrangeiros (que deviam ser importados e também traduzidos), como a um maior dinamismo na edição de livros no Brasil.

Nesse sentido, o boom dos estudos brasileiros que aconteceu, grosso modo, entre as décadas de 1930 a 1950 é igualmente inseparável de uma verdadeira revolução que ocorre no Brasil no mercado editorial nacional, com fortes vínculos com o campo educacional e artístico, impactado pelo evento que foi a Revolução de 30. Em texto clássico, “A Revolução de 30 e a cultura”, Antônio Candido remarcou como as repercussões dessa revolução atingiram os intelectuais e a cultura, apontando como iniciativas que vinham dos anos 1920, no sentido de ampliar a indústria do livro e o número de autores e temáticas nacionais, ganharam vulto no pós-30, alimentadas pelo crescimento das editoras e do engajamento dos intelectuais voltados, de formas variadas, para empreendimentos que pudessem, finalmente, modernizar o Brasil.

A época das coleções: as “bibliotecas sem muros” para se conhecer o Brasil

*Descobrir o Brasil aos brasileiros, torná-lo cada vez mais conhecido para o fazer mais amado*²³.

A década de 1930 é, portanto, profundamente marcada pela expansão da produção e distribuição de livros no Brasil. Embora não da mesma forma em todo território nacional, ao menos em alguns estados, surgem editoras de

enorme importância. Entre elas estão a Companhia Editora Nacional (CEN) e a Melhoramentos, em São Paulo; a José Olympio, a Freitas Bastos e a Irmãos Pongetti, no Rio de Janeiro; e a Globo, no Rio Grande do Sul. Esses empreendimentos, que configuram a emergência de uma indústria do livro no Brasil, beneficiam-se das condições do mercado internacional abalado pela crise de 1929, que tornou o preço do papel caro, dificultando quer a importação de livros quer sua impressão fora do país. Aliás, um dos aspectos assinalados nesse novo perfil editorial é justamente a separação entre o trabalho das gráficas e o trabalho do editor, propriamente dito.

Como mencionado esse crescimento editorial articula-se às políticas educacionais da época, bastando lembrar a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1931 e a reforma Campos, que estrutura as universidades no Brasil.²⁴ Mesmo com muitos cuidados, pode-se afirmar que o público leitor aumentava em quantidade e qualidade, o que possibilitava o aprofundamento de uma segmentação da mercadoria livro, mais voltada, por exemplo, para um público escolar – infantil e de estudantes das novas faculdades –, ou para um público de leitores adultos. Nesse caso, um público especialmente interessado na literatura de ficção e de não ficção, com ênfase, naquela agora produzida por autores brasileiros.

As mudanças no mercado editorial e o aparecimento da figura de um intelectual editor, preocupado com os lucros financeiros de seu negócio, mas também comprometido com projetos político-pedagógicos deve ser assinalado. Editores como Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins integram-se, como figuras-chaves, a um campo intelectual que está em vias de expansão e especialização, sobretudo devido a criação de novos espaços de produção de conhecimento, como as universidades, entre as quais se destacam a Universidade Livre de Sociologia e Política, a Universidade de São Paulo, a Universidade do Distrito Federal e a Universidade do Brasil, todas dos anos 1930/40, isso sem se mencionar as inúmeras faculdades em outros estados do país.

Essas instituições de ensino já nascem como espaços de consagração intelectual, mas ainda irão conviver com o prestígio de associações, como as Academias de Letras e os Institutos Históricos e Geográficos, que ao contrário do que muitas vezes se imagina, ganham prestígio durante a chamada Era Vargas, revigorando suas revistas e promovendo comemorações, inclusive com subsídios governamentais. Juntamente com os professores universitários, os participantes desses espaços de sociabilidade compõem um elenco de autores em potencial para esses novos empreendimentos editoriais. Os editores, por sua vez, se investem fortemente da função de mediadores culturais, uma vez que seus projetos buscam atingir um público cada vez maior, suprimindo as deficiências das políticas governamentais de então. Como Heloísa Pontes assinalou esses editores abraçam a edição como uma autêntica “missão civilizadora”, dando-se a ver como “heróis culturais” que desbravam o território inculto do mundo das letras brasileiras, tanto desprovido de leitores como de livros. Sem descuidar da moderna face de empresários da cultura, eles desejam capitalizar o legado do “pai fundador” dos editores, Monteiro Lobato, que queria “alimentar” o Brasil com livros. A metáfora da leitura como nutrição, como alimento do espírito, é uma constante nos discursos de editores e autores, que assumem o papel de produtores de bens culturais de dimensão material e simbólica. Eles, nesse sentido, estão engajados em um projeto político-pedagógico explícito e fundamental, que teve muitos desdobramentos.

É nesse novo panorama que ganha destaque o aparecimento de algumas coleções, que se tornam lugares decisivos para a circulação de ideias e a consagração de autores, especialmente daqueles que se identificavam com os estudos brasileiros. O modelo das coleções é conhecido desde a segunda metade do século XVIII, mas ganhou fama no século XIX europeu, que foi das enciclopédias e dicionários, segundo o projeto de acumulação de conhecimentos, ordenados, sistematizados e disponibilizados de forma a compor uma “biblioteca ideal”. Coleções francesas, como a Hachette e a Calmon Levy, eram conhecidas no Brasil e certamente inspiraram as iniciativas editoriais, que dominaram os anos 1930/40: as décadas das coleções no Brasil.

Para se dimensionar a importância desse tipo de empreendimento, vale citar as coleções: *Brasiliana*, dirigida pelo educador Fernando de Azevedo, da Companhia Editora Nacional de São Paulo, que se inicia em 1931; *Documentos Brasileiros*, dirigida pelo historiador Otávio Tarquínio de Sousa, da José Olympio Editora do Rio de Janeiro, que começa em 1936; e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, com a supervisão de Rubens Borba de Moraes, publicada pela Livraria Editora Martins, criada já em 1940. Como se vê por seus títulos, tais coleções, que publicaram centenas de volumes,

voltavam-se, com destaque, para os estudos brasileiros, sendo uma espécie de guia sobre o que se devia ler para conhecer o Brasil e um espaço emblemático para se adentrar ao mundo intelectual e cultural do período. São elas, por excelência, que vão normatizar e divulgar os elementos de identidade brasileira, abastecendo um amplo público de leituras que permitissem o conhecimento de diversos e fundamentais aspectos do país no tempo e espaço.

Essas coleções tiveram uma estrutura organizacional similar, que Heloísa Pontes identifica como “modelo euclídeo”: terra (geografia, biologia etc), homem (viagens, crônicas, etnologia) e luta (história, biografia, memórias). Elas realizaram muitas traduções e reeditaram obras clássicas, além de disputar autores nacionais, em especial no eixo Rio, São Paulo e Nordeste. Contudo, mesmo similares, entre elas, a Brasileira teve papel pioneiro e adquiriu uma dimensão simbólica especial.

A coleção Brasileira foi uma subsérie da Biblioteca Pedagógica Brasileira, uma iniciativa grandiosa e abrangente da Companhia Editora Nacional (CEN). Como editor, Octalles Marcondes Ferreira tinha estrada, pois fora sócio, com apenas 18 anos, de Monteiro Lobato, quando da formação da editora Revista do Brasil. Em 1925, devido a diversos fatores, essa editora fechou suas portas. Porém, no mesmo ano, Octalles montou a CEN, mantendo o vínculo com Lobato, que se tornou seu maior autor, pois seus livros de literatura infantil eram os carros chefes da editora. Segundo estudiosos da história do livro e da leitura, Octalles e sua editora nunca tiveram o prestígio social e político que José Olympio e José de Barros Martins gozaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Os dois últimos circulavam em salões culturais e cultivavam relações com a política, sendo José Olympio mais próximo de Vargas e Martins um reconhecido antigetulista.

A despeito disso e talvez por isso, a CEN procurou manter uma distância prudente de questões polêmicas e buscou um profissionalismo que, nas décadas de 1930 e 1940, fizeram dela a maior editora do país. Essa posição foi mantida, mesmo sofrendo a concorrência de outras importantes editoras, sendo quebrada apenas nos anos 1950, quando todo o campo intelectual passa por rearranjos. As editoras e suas coleções sofrem com tais transformações, identificáveis, por exemplo, no declínio da tradição da escrita de ensaios e no estabelecimento de novos padrões de produção intelectual, regulados pelas instituições universitárias. É aí que a CEN e a Brasileira perdem sua supremacia, mas não sua aura de iniciativa emblemática, verdadeiro símbolo cultural do país.

A Biblioteca Pedagógica Brasileira foi criada em 1931, mesmo ano de formação do Ministério da Educação e Saúde, sendo entregue à direção do intelectual escola-novista Fernando de Azevedo que, anos antes, conduzira uma reforma de ensino no Distrito Federal, de grande monta. No ano seguinte, Octalles comprou a editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, tornando-a um braço da CEN. As duas iniciativas ilustram o poder econômico e o alcance cultural que Octalles desejava imprimir à sua editora, o que foi plenamente alcançado, ao menos pelas duas décadas seguintes. A BPB era, para Fernando de Azevedo, um prato cheio e quente para o desenvolvimento de suas ideias educacionais. Afastado do Rio, mas sem perder suas conexões com intelectuais renovadores como Anísio Teixeira e Alberto Venâncio Filho, ele se instala em São Paulo e monta sua grande biblioteca. Ela tinha cinco séries; todas com objetivos político-pedagógicos muito claros e voltados para segmentos de público específicos. A série de Literatura Infantil tinha vida própria, não só porque a prática de edição de livros infantis tinha um passado que remontava às décadas iniciais do século XX, como porque esse público leitor vinha se expandindo e iria crescer ainda mais ante as políticas do novo ministério. Uma aposta que se provou acertada em vários sentidos, já que o ensino secundário se consolidou e algumas políticas do ministro Capanema, como a Comissão Nacional de Literatura Infantil e o Instituto Nacional do Livro, privilegiariam a infância e a juventude como os leitores de um país do futuro. Se não bastasse, havia Monteiro Lobato e não só ele.

As outras duas séries da BPB também se relacionavam ao universo da pedagogia da Escola Nova, voltando-se para um público escolar de alunos e professores e igualmente para o chamado grande público, que precisava ser criado e mantido. Por isso, uma delas era a de Livros Didáticos, cujo objetivo era criar uma nova literatura para a escola nacional, encomendando-se livros a professores de diversas matérias, com destaque as do curso secundário. A outra série era a de Atividades Pedagógicas, dedicada a formar uma biblioteca que orientasse professores em suas disciplinas e atividades em sala de aula.

As duas séries que completavam a Biblioteca Pedagógica Brasileira tinham a questão da divulgação científica como alvo fundamental, o que evidencia a centralidade dessa preocupação nas décadas de meados do século XX. Uma delas era a de Iniciação Científica e se dirigia a um público que devia começar a dar seus primeiros passos no universo das ciências e de seus critérios de conhecimento. A última série era a Brasileira, que coroava todo o conjunto. Ela foi concebida para ser a maior biblioteca de estudos brasileiros do país, reunindo campos de saber diversos, a partir um repertório de questões, que podia ser tratado por autores nacionais e estrangeiros; por textos de autores clássicos e de autores novos, no caso, brasileiros. Os livros deviam ser acessíveis ao bolso do leitor, inclusive por seu tamanho. Tinham um formato pequeno (13x 18,5 cm) e uma capa padronizada em que o mapa do Brasil aparecia desenhado em estrelas, variando-se apenas a cor. Esse era um moderno e eficiente recurso para a identificação da coleção, que era bem cuidada graficamente, embora não atingisse o patamar das capas da coleção da José Olympio, que se serviu de artistas plásticos, como Santa Rosa, para sua apresentação.

A Brasileira publicou muito. Entre 1931 e 1960, foram 211 autores e 307 títulos, cobrindo 18 gêneros.²⁵ Apenas para se dimensionar o momento em que ela está em seu auge, entre 1931 e 1940, antes da criação da editora Martins, 196 desses títulos já haviam sido editados. Nesse caso, é importante lembrar que Fernando de Azevedo fica à frente da Brasileira até 1946, sendo o grande responsável por esse boom de livros e autores. Os autores foram numerosos e a absoluta maioria publicou um único livro. Poucos tiveram mais de um volume, como foi o caso de Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Júnior, valendo então destacar o autor com maior número de livros: Pedro Calmon, um historiador, com nove títulos, acompanhado de perto por Saint-Hilaire, com oito livros.

A citação desses nomes não é ingênua, pois quer apontar para os gêneros mais presentes na Brasileira. No modelo euclidiano – terra, homem, luta – o espaço maior ficou com a luta, representada pela História (24,1%), pelas biografias e memórias (19,5%), seguidas pelos gêneros das viagens e crônicas (14,6%) e dos ensaios sobre o Brasil (10%). Portanto os estudos de tipo historiográfico e as interpretações do Brasil sob a forma de ensaios têm lugar estratégico na coleção, sendo ladeados pelas narrativas de viagem e crônicas, que se tornam documentos valiosos e disponíveis para se pensar o país. Portanto, os anos 1930/40 recolocaram os viajantes e cronistas nas estantes dos estudiosos do Brasil, oferecendo seus relatos como fontes que estavam sendo consideradas essenciais e, por isso, sendo oferecidas para novas apropriações intelectuais.

Livros raros reeditados e novos lançamentos faziam o sucesso do modelo da Brasileira. E ele foi seguido de perto pela coleção Documentos Brasileiros, da José Olympio, como se disse. Os difíceis e ainda pouco numerosos estudos sobre sua recepção demonstram que a Brasileira foi aplaudida pelos críticos e comprada pelos leitores, ao menos até os anos 1950, quando passa a dar prejuízos e precisa de subsídios governamentais. Mas, nesse momento, a Brasileira certamente já havia cumprido sua função: havia disponibilizado muitos livros, oferecendo conhecimentos de forma enciclopédica a um público amplo e diversificado. Algo que se tornava uma impossibilidade, editorial e científica, ante as transformações do campo intelectual brasileiro, no decorrer dos anos 1950. O desgaste da Brasileira nada mais era do que o anúncio de que novos modelos de coleções deviam ser buscados. Algo que a editora Civilização Brasileira fez muito bem, no campo da História, com a coleção História Geral da Civilização Brasileira, a HGCB, sob o comando de Sérgio Buarque de Holanda. Bem, mas essa já é outra história de livros e coleções. Muito obrigada.

Notas e referências bibliográficas

Angela de Castro Gomes é professora titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora 1A do CNPq.

1 Nota dos Editores: Este ensaio corresponde à conferência de abertura do *Seminário Natureza e Ciência na Coleção Brasileira*, realizado em 26 e 27 de Setembro de 2013, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro. Somos muito gratos à autora por autorizar sua publicação na *Revista Brasileira de História da Ciência*. Como ela explica em seu texto, “uma conferência não pode ter notas de rodapé”. Com o objetivo de tornar a versão publicada a mais completa possível em relação ao referenciamento das fontes, porém, o revisor técnico (Fabiano Cataldo de Azevedo) muito respeitosamente acrescentou as notas adicionais.

- 2 Nota da Autora: Este texto foi escrito com características de linguagem e tamanho compatíveis com uma conferência de abertura do *Seminário Natureza e Ciência na Coleção Brasileira*, realizado em 26 e 27 de Setembro de 2013 no Museu de Astronomia e Ciências Afins, na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, utiliza-se, na maior parte das vezes sem o recurso a citações de rodapé, de pesquisas de minha autoria e da de colegas que têm trabalhado com história do livro e da leitura, inclusive, com a da coleção Brasileira. Apenas em alguns casos, há citações no corpo do texto.
- 3 CANDIDO, Antônio. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4, p. 27-32, 1984.
- 4 PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das 'Coleções Brasileiras', nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.
- 5 Outras referências da conferência são: HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp; T.A. Queiroz, 1985; e MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- 6 DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 299-314.
- 7 BILAC, Olavo; BONFIN, Manoel. *Atravez do Brasil*: livro de leitura para o curso medio das Escolas Primarias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.
- 8 TORRES, Alberto. *Vers la paix: études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre international*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.
- 9 TORRES, Alberto. *Le Problème mondial: études de politique internationale*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.
- 10 ABREU, Capistrano. *Ensaios e Estudos*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Instituto Nacional do Livro, 1976.
- 11 LUCA, Tânia de. *A 'Revista do Brasil': um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- 12 AFONSO CELSO, Conde. *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.
- 13 RIBEIRO, João. *História do Brasil adaptada ao ensino primário e secundário*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1900.
- 14 BILAC, Olavo; COELHO NETO. *Contos Pátrios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.
- 15 BILAC, Olavo; COELHO NETO. *A Pátria Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.
- 16 ALMEIDA, Julia Lopes de. *Histórias da nossa terra*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- 17 BILAC, BONFIN, op. cit., 1910.
- 18 PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra, minha gente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.
- 19 POMBO, Rocha. *Nossa Pátria*: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. São Paulo: Melhoramentos, 1917.
- 20 DUQUE-ESTRADA, Osório. *Noções de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1918.
- 21 CORRÊA, Viriato. *Contos da história do Brasil*: para uso das escolas. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1921.
- 22 ANDRADE, Tales de. *A filha da floresta*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.
- 23 COMPANHIA EDITORA NACIONAL. *Catálogo brasileira*: Comemorativo dos 200 volumes. Síntese dos volumes da coleção "Brasília", 1941. p. 5.
- 24 Embora os cursos de Direito e Medicina tenham tradição no Brasil, vale lembrar, sobretudo nesse período, algumas editoras que se especializaram no fornecimento de livros para essas áreas do conhecimento, que se expandiam com a criação da universidade. Entre elas estão a Coelho Branco, Saraiva, Jacinto e Guanabara, entre outras. (Nota da Autora).
- 25 Todos os dados numéricos desse e dos demais parágrafos vêm do artigo de Heloisa Pontes citado anteriormente e do trabalho de Eliana Dutra, que os confirmam. (Nota da Autora).